

TEMA 2. A Revelação

Deus revelou-se como Ser pessoal, através de uma história de salvação, criando e educando um povo para que fosse o guardião da Sua Palavra e para preparar nele a Encarnação de Jesus Cristo.



PDF: A Revelação.

1. Deus revela-se aos homens

«Aprove a Deus na sua bondade e sabedoria, revelar-Se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da Sua vontade, segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina. Em virtude desta revelação, Deus invisível na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos e convive com eles para os convidar e admitir à comunhão com Ele» [1] (cf. *Catecismo*, 51).

A criação é revelada como primeiro passo para esta Aliança de Deus, como primeiro e universal testemunho de si mesmo [2] (cf. *Catecismo*, 288). Através das criaturas, Deus manifestou-Se e manifesta-Se aos homens de todos os tempos, fazendo-os conhecer a Sua bondade e as Suas perfeições. Dentre estas, o ser humano, imagem e semelhança de Deus, é a criatura que em maior grau revela Deus. No entanto, Deus quis revelar-Se como Ser pessoal, através de uma história de salvação, criando e educando um povo para que fosse guardião da Sua Palavra dirigida aos homens e para preparar nele a Encarnação do Seu Verbo, Jesus Cristo [3] (cf. *Catecismo*, 54-64). N'Ele, Deus revela o mistério da Sua vida trinitária: o projecto do Pai de reconciliar no Seu Filho todas as coisas e de eleger e adoptar todos os homens como filhos no Seu Filho (cf. *Ef* 1,3-10; *Cl* 1,13-20), reunindo-os para participar da Sua eterna vida divina por meio do Espírito Santo. Deus revela-Se e cumpre o Seu plano de salvação mediante as missões do Filho e do Espírito Santo na história [4].

São conteúdo da Revelação quer as verdades naturais, que o ser humano poderia conhecer também apenas mediante a razão, quer as verdades que ultrapassam a razão humana e que podem ser conhecidas apenas pela livre e gratuita bondade com que Deus se revela. O objecto principal da Revelação divina não são verdades abstractas sobre o mundo e o homem: o seu núcleo substancial é a oferta por parte de Deus do mistério da Sua vida pessoal e o convite para participar nela.

A Revelação divina realiza-se com palavras e obras; é de modo inseparável mistério e evento; manifesta, ao mesmo tempo, uma dimensão objectiva – palavra que revela verdade e ensinamentos – e subjectiva – palavra pessoal que oferece testemunho de si e convida ao diálogo. Esta Revelação, portanto, compreende-se e transmite-se como verdade e como vida [5] (cf. *Catecismo*, 52-53).

Além das obras e dos sinais externos com que Se revela, Deus concede o impulso interior da Sua graça para que os homens possam aderir com o coração às verdades reveladas (cf. *Mt* 16,17; *Jn* 6,44). Esta revelação íntima de Deus nos corações dos fiéis não deve confundir-se com as chamadas “revelações privadas”, as quais, embora sejam acolhidas pela tradição de santidade da Igreja, não transmitem nenhum conteúdo novo e original, mas, recordam antes aos homens a única Revelação de Deus realizada em Jesus Cristo e exortam a pô-la em prática (cf. *Catecismo*, 67).

2. A Sagrada Escritura, testemunho da Revelação

O povo de Israel, sob inspiração e mandato de Deus, ao longo dos séculos registou por escrito o testemunho da Revelação de Deus na sua história, relacionando-a directamente com a revelação do único e verdadeiro Deus feita aos nossos Pais. Através da Sagrada Escritura, as palavras de Deus manifestam-se com palavras humanas, até assumir, no Verbo Encarnado, a própria natureza humana. Além das Escrituras de Israel, acolhidas pela Igreja e conhecidas como Antigo ou Primeiro Testamento, os apóstolos e os primeiros discípulos registaram também, por escrito, o testemunho da Revelação de

Deus tal como se realizou plenamente no Seu Verbo, de cuja passagem pela Terra foram testemunhas, de modo particular, do mistério pascal da Sua morte e ressurreição, dando, assim, origem aos livros do Novo Testamento.

A verdade de que o Deus, de quem as Escrituras de Israel dão testemunho, é o único e verdadeiro Deus, criador do céu e da terra, põe-se em evidência, em particular, nos “livros sapienciais”. O seu conteúdo supera os confins do povo de Israel para suscitar o interesse pela experiência comum do género humano diante dos grandes temas da existência, desde o sentido do cosmos ao sentido da vida do homem (*Sabedoria*); desde as interrogações sobre a morte e do que vem a seguir a ela, até ao significado da actividade humana sobre a terra (*Qoh*); desde as relações familiares e sociais à virtude que deve regulá-las para viver de acordo com os planos de Deus criador e alcançar, assim, a plenitude da própria humanidade (*Provérbios*, *Ben Sirá*, etc.).

Deus é o autor da Sagrada Escritura, que os autores sagrados (hagiógrafos), também eles autores do texto, redigiram sob a inspiração do Espírito Santo. Para a sua composição, Deus «escolheu e serviu-se de homens, na posse das suas faculdades e capacidades, para que, agindo Ele neles e por eles, pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria» [6] (cf. *Catecismo*, 106). Tudo o que os escritores sagrados afirmam pode considerar-se «afirmado pelo Espírito Santo, por isso mesmo se deve acreditar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras» [7].

Para compreender correctamente a Sagrada Escritura há que ter presente o sentido da Escritura – literal e espiritual; este último reconhecível também no alegórico, moral e analógico – e os diversos géneros literários em que foram redigidos os diferentes livros ou partes dos mesmos (cf. *Catecismo*, 110, 115-117). Em particular, a Sagrada Escritura deve ser lida *na Igreja*, ou seja, à luz da sua tradição viva e da analogia da fé (cf. *Catecismo*, 111-114): a Escritura deve ser lida e compreendida de acordo com o mesmo Espírito com que foi escrita.

Os diversos estudiosos que se esforçam por interpretar e aprofundar o conteúdo da Escritura propõem os seus resultados a partir da autoridade científica pessoal. Ao Magistério da Igreja compete a função de formular uma interpretação autêntica, vinculativa para os fiéis, baseada na autoridade do Espírito que assiste ao ministério docente do Romano Pontífice e dos Bispos em comunhão com ele. Graças a esta assistência divina, a Igreja, já desde os primeiros séculos, reconheceu os livros que continham o testemunho da Revelação, no Antigo e no Novo Testamento, formulando assim o “cânon” da Sagrada Escritura (cf. *Catecismo*, 120-127).

Uma recta interpretação da Sagrada Escritura, reconhecendo os diferentes sentidos e géneros literários nela presentes, é necessária quando os autores sagrados descrevem aspectos do mundo que pertencem também ao âmbito das ciências naturais: a formação dos elementos do cosmos, a aparição das diversas formas de vida sobre a terra, a origem do género humano e, em geral, os fenómenos naturais. Deve evitar-se o erro do fundamentalismo, que não se separa do sentido literal e do género histórico, quando seria lícito fazê-lo. Também deve evitar-se o erro de quem considera as narrações bíblicas como formas puramente mitológicas, sem nenhum conteúdo de verdade a transmitir sobre a história dos acontecimentos e a sua radical dependência da vontade de Deus [8].

3. A Revelação como história da salvação culminada em Cristo

Como diálogo entre Deus e os homens, através do qual Ele os convida a participar na sua vida pessoal, a Revelação manifesta-se, desde o início, com um carácter de “aliança” que dá origem a uma “história da salvação”. «Decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se a Si mesmo, desde o princípio, aos nossos primeiros pais. Depois da sua queda, com a promessa de redenção, deu-lhes a esperança da salvação, e cuidou continuamente do género humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação. No devido tempo chamou

Abraão, para fazer dele pai dum grande povo, povo que, depois dos patriarcas, ele instruiu, por meio de Moisés e dos profetas, para que o reconhecessem como único Deus vivo e verdadeiro, pai providente e juiz justo, e para que esperassem o Salvador prometido; assim preparou Deus através dos tempos o caminho ao Evangelho» [9].

Iniciada já com a criação dos nossos primeiros pais e a elevação à vida da graça, que lhes permitia participar da intimidade divina e depois prefigurada no pacto cósmico com Noé, a aliança de Deus com o homem revela-se de modo explícito com Abraão e depois, de maneira particular, com Moisés, a quem Deus entrega as Tábuas da Aliança. Quer a numerosa descendência prometida a Abraão, na qual seriam abençoadas todas as nações da terra, quer a lei entregue a Moisés, com os sacrifícios e o sacerdócio que acompanham o culto divino, são preparações e figura da nova e eterna aliança selada em Jesus Cristo, Filho de Deus, realizada e revelada na Sua Encarnação e no Seu sacrifício pascal. A aliança em Cristo redime do pecado dos primeiros pais, que quebraram com a sua desobediência a primeira oferta de aliança por parte de Deus criador.

A história da salvação manifesta-se como uma grandiosa pedagogia divina que aponta para Cristo. Os profetas, cuja função era recordar a aliança e as suas exigências morais, falam especialmente d'Ele, o Messias prometido. Eles anunciam a economia de uma nova aliança, espiritual e eterna, escrita nos corações; será Cristo quem a revelará com as Bem-aventuranças e os ensinamentos do Evangelho, promulgando o mandamento da caridade, realização e cumprimento de toda a Lei.

Jesus Cristo é, simultaneamente, mediador e plenitude da Revelação; Ele é o Revelador, a Revelação e o conteúdo da mesma, enquanto Verbo de Deus feito carne: «Deus, tendo falado outrora muitas vezes e de muitos modos aos nossos pais pelos profetas, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio de Seu Filho, a Quem constituiu herdeiro de tudo, por Quem criou o mundo» (*Hb* 1,1-2). Deus, no Seu Verbo, disse tudo e de modo concludente: «A economia cristã, portanto, como aliança nova e definitiva, nunca cessará e não há que esperar já nenhuma revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo» [10] (cf. *Catecismo*, 65-66). De modo particular, a realização e plenitude da Revelação divina manifestam-se no mistério pascal de Jesus Cristo, ou seja, na Sua paixão, morte e ressurreição, como Palavra definitiva na qual Deus manifestou a totalidade do Seu amor de condescendência e renovou o mundo. Somente em Jesus Cristo, Deus revela o homem a si próprio e fá-lo compreender o grau da sua dignidade e altíssima vocação [11].

A fé enquanto virtude é a resposta do homem à revelação divina, uma adesão pessoal a Deus em Cristo, motivada pelas Suas palavras e pelas obras que Ele realiza. A credibilidade da revelação apoia-se sobretudo na credibilidade da pessoa de Jesus Cristo, em toda a Sua vida. A Sua posição de mediador, plenitude e fundamento da credibilidade da Revelação, diferenciam a pessoa de Jesus Cristo de qualquer outro fundador de uma religião que não solicita dos seus seguidores que tenham fé nele, nem pretende ser a plenitude e realização do que Deus quer revelar, mas que somente se propõe como mediador para fazer com que os homens conheçam tal revelação.

4. A transmissão da Revelação divina

A Revelação divina está contida nas Sagradas Escrituras e na Tradição, que constituem um único depósito onde se guarda a palavra de Deus [12]. São interdependentes entre si: a Tradição transmite e interpreta a Escritura e esta, por sua vez, verifica e confirma quanto se vive na Tradição [13] (cf. *Catecismo*, 80-82).

A Tradição, fundada na pregação apostólica, testemunha e transmite de modo vivo e dinâmico quanto a Escritura recolheu através de um texto fixado. «Esta Tradição apostólica progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo. Com efeito, progride a percepção tanto das coisas como das palavras transmitidas, quer mercê da contemplação e estudo dos crentes, que as meditam no seu coração, quer

mercê da íntima inteligência que experimentam das coisas espirituais, quer mercê da pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam o carisma da verdade» [14].

Os ensinamentos do Magistério da Igreja e dos Padres da Igreja, a oração da Liturgia, o sentir comum dos fiéis que vivem em graça de Deus, e também realidades quotidianas como a educação na fé transmitida pelos pais aos filhos ou o apostolado cristão, contribuem para a transmissão da Revelação divina. De facto, o que foi recebido pelos apóstolos e transmitido aos seus sucessores, os Bispos, compreende «tudo o necessário para que o Povo de Deus viva santamente e aumente a sua fé e desta forma a Igreja, na sua doutrina, na sua vida e no seu culto perpetue e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê» [15]. A grande Tradição apostólica deve distinguir-se das diversas tradições, teológicas, litúrgicas, disciplinares, etc. cujo valor pode ser limitado e, inclusive, provisório, (cf. *Catecismo*, 83).

A realidade conjunta da Revelação divina, como verdade e como vida, implica que o objecto da transmissão não seja somente um ensinamento, mas também um estilo de vida: doutrina e exemplo são inseparáveis. O que se transmite é, efectivamente, uma experiência viva, a do encontro com Cristo ressuscitado e o que este evento significou e continua a significar para a vida de cada um. Por este motivo, ao falar da transmissão da Revelação, a Igreja fala de *fides et mores*, fé e costumes, doutrina e conduta.

5. O Magistério da Igreja, guardião e intérprete autorizado da Revelação

«O encargo de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo» [16], ou seja, aos Bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o Bispo de Roma. Este ofício do Magistério da Igreja é um serviço à palavra divina e tem como fim a salvação das almas. Logo, «este Magistério não está acima da palavra de Deus, mas sim ao seu serviço, ensinando apenas o que foi transmitido, enquanto, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a guarda religiosamente e a expõe fielmente, haurindo deste depósito único da fé tudo quanto propõe à fé como divinamente revelado» [17]. Os ensinamentos do Magistério da Igreja representam o lugar mais importante em que está contida a Tradição apostólica: o Magistério é, a respeito desta tradição, como que a sua dimensão sacramental.

A Sagrada Escritura, a Sagrada Tradição e o Magistério da Igreja constituem uma certa unidade, de modo que nenhuma destas realidades pode subsistir sem as outras [18]. O fundamento desta unidade é o Espírito Santo, autor da Escritura, protagonista da Tradição viva da Igreja, guia do Magistério, a que assiste com os seus carismas. Na sua origem, as igrejas da Reforma protestante quiseram seguir *sola Scriptura*, deixando a sua interpretação aos fiéis individualmente: tal posição deu lugar à grande dispersão das confissões protestantes e revelou-se pouco sustentável, já que todo o texto tem necessidade de um contexto, concretamente uma Tradição, em cujo seio nasceu, é lida e interpretada. Também o fundamentalismo separa a Escritura da Tradição e do Magistério, procurando erroneamente manter a unidade de interpretação ancorando-se de modo exclusivo no sentido literal (cf. *Catecismo*, 108).

Ao ensinar o conteúdo do depósito revelado, a Igreja é sujeito de uma infalibilidade *in docendo*, fundada sobre as promessas de Jesus Cristo acerca da sua indefectibilidade; ou seja, que se realizará sem falhar a missão de salvação a ela confiada (cf. *Mt* 16,18; *Mt* 28,18-20; *Jn* 14,17.26). Este Magistério infalível exercita-se:

- a) quando os Bispos se reúnem em Concílio ecuménico em união com o sucessor de Pedro, cabeça do colégio apostólico;
- b) quando o Romano Pontífice promulga alguma verdade *ex cathedra*, ou empregando um estilo nas expressões e um tipo de documento que fazem referência explícita ao seu mandato petrino

universal, promulga um ensinamento específico que considera necessário para o bem do povo de Deus;

- c) quando os Bispos da Igreja, em união com o sucessor de Pedro, são unânimes ao professar a mesma doutrina ou ensino, embora não se encontrem reunidos no mesmo lugar. Se bem que a pregação de um Bispo que propõe isoladamente um ensinamento específico não goze do carisma de infalibilidade, os fiéis estão igualmente obrigados a uma respeitosa obediência, bem como devem observar os ensinamentos provenientes do Colégio episcopal ou do Romano Pontífice, ainda que não sejam formulados de modo definitivo e irreformável [19].

6. A imutabilidade do depósito da Revelação

O ensino dogmático da Igreja – *dogma* que significa doutrina, ensino – está presente desde os primeiros séculos. Os principais conteúdos da pregação apostólica foram postos por escrito, dando origem às profissões de fé exigidas a todos os que recebiam o baptismo, contribuindo, assim, para definir a identidade da fé cristã. Os dogmas crescem em número com o desenvolvimento histórico da Igreja: não porque mude ou aumente a doutrina, aquilo em que há que acreditar, mas porque há frequentemente necessidade de esclarecer algum erro ou de ajudar a fé do povo de Deus com oportunos aprofundamentos, definindo aspectos de modo claro e preciso. Quando o Magistério da Igreja propõe um novo dogma não está a criar nada novo, mas somente a explicitar quanto já está contido no depósito revelado. «O Magistério da Igreja faz pleno uso da autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando propõe, dum modo que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, verdades contidas na Revelação divina ou quando propõe, de modo definitivo, verdades que tenham com elas um nexo necessário» (*Catecismo*, 88).

O ensino dogmático da Igreja, como por exemplo os artigos do *Credo*, é imutável, visto que manifesta o conteúdo de uma Revelação recebida de Deus e não feita pelos homens. No entanto, os dogmas admitiram e admitem um desenvolvimento homogéneo, quer porque o conhecimento da fé se vai aprofundando com o tempo, quer porque em culturas e épocas diversas surgem problemas novos, aos quais o Magistério da Igreja deve dar respostas que estejam de acordo com a palavra de Deus, explicitando quanto está implicitamente nela contido [20].

Fidelidade e progresso, verdade e história, não são realidades em conflito em relação à Revelação [21]: Jesus Cristo, sendo a Verdade incriada é também o centro e o cumprimento da história; o Espírito Santo, Autor do depósito da Revelação é O garante da sua fidelidade e também Aquele que a faz aprofundar ao longo da história no sentido adequado, conduzindo «à verdade total» (cf. *Jo* 16,13). «Apesar da Revelação já estar completa, ainda não está plenamente explicitada. E está reservado à fé cristã apreender gradualmente todo o seu alcance, no decorrer dos séculos» (cf. *Catecismo*, 66).

Os factores de desenvolvimento do dogma são os mesmos que fazem progredir a Tradição viva da Igreja: a pregação dos Bispos, o estudo dos fiéis, a oração e a meditação da palavra de Deus, a experiência das coisas espirituais, o exemplo dos santos. Frequentemente o Magistério recolhe e ensina de modo autorizado coisas que previamente foram estudadas pelos teólogos, acreditadas pelos fiéis, pregadas e vividas pelos santos.

Giuseppe Tanzella-Nitti

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica, 50-133.

Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 1-20.

João Paulo II, Enc. *Fides et Ratio*, 14-IX-1988, 7-15.

Notas

- [1] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 2.
- [2] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 3; João Paulo II, Enc. *Fides et Ratio*, 14-IX-1988, 19.
- [3] Cf. Concílio Vaticano I, Const. *Dei Filius*, 24-IV-1870, DS 3004.
- [4] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium*, 2-4; Decr. *Ad gentes*, 2-4.
- [5] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 2
- [6] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 11.
- [7] *Ibidem*.
- [8] Podem encontrar-se elementos interessantes para uma correcta interpretação da relação com as ciências em Leão XIII, Enc. *Providentissimus Deus*, 18-XI-1893; Bento XV, Enc. *Spiritus Paraclitus*, 15-IX-1920 e Pio XII, Enc. *Humani Generis*, 12-VII-1950.
- [9] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 3.
- [10] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 4.
- [11] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Gaudium et Spes*, 22.
- [12] «Permiti-me esta insistência maçadora, as verdades de fé e de moral não se determinam por maioria de votos: compõem o depósito – *depositum fidei* – entregue por Cristo a todos os fiéis e confiado, na sua exposição e ensino autorizado, ao Magistério da Igreja», São Josemaria, Homilia “O fim sobrenatural da Igreja”, em *Amar a Igreja*, 15.
- [13] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 9.
- [14] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 8.
- [15] *Ibidem*. Cf. Concílio de Trento, Decr. *Sacrosancta*, 8-IV-1546, DS 1501.
- [16] Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*, 10.
- [17] *Ibidem*.
- [18] Cf. *Ibidem*.
- [19] Cf. Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium*, 25; Concílio Vaticano I, Const. *Pastor Aeternus*, 18-VII-1870, DS 3074.
- [20] «É conveniente, portanto, que através de todos os tempos e de todas as épocas, cresça e progrida a inteligência, a ciência e a sabedoria de cada uma das pessoas e do conjunto dos homens, quer por parte da Igreja inteira, quer por parte de cada um dos seus membros. Mas este crescimento deve seguir a sua própria natureza, ou seja, deve estar de acordo com as linhas do dogma e deve seguir o dinamismo de uma única e idêntica doutrina», São Vicente de Lerins, *Commonitorium*, 23.
- [21] Cf. João Paulo II, Enc. *Fides et Ratio*, 11-12, 87.